

TC 012.829/2003-0

Apensos: TCs 006.728/2008-2, 015.432/2005-3 e 011.078/2001-0.

Tipo: prestação de contas, exercício de 2002 (recurso de revisão)

Unidade Jurisdicionada: Cia. Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), vinculada ao Ministério das Cidades (MICI).

Recorrente: Ministério Público junto ao TCU

Responsáveis: Luiz Otávio Mota Valadares (CPF: 110.627.386-91); José Santana de Vasconcellos Moreira (CPF: 011.154.216-20); Arrenaldo Bonavita Teixeira, (CPF: 353.347.707-04); Elpídio de Menezes Andrade, (CPF: 383.693.207-59). Alderico Jefferson da Silva Lima (CPF: 046.346.241-68); Paulo Sérgio Oliveira Passos (CPF: 128.620.881-53); César Augusto Santiago Dias (CPF: 226.032.201-87); Jenner Melo de Souza (CPF: 000.796.184-72); Mônica Maria Libório Feitosa de Araújo (CPF: 323.439.224-20); Nélida Ester Zacarias Madela (004.605.831-15); Élcio Loureiro Dias Gonçalves (CPF: 143.806.091-20); Adriana Queiroz de Carvalho (CPF: 565.181.296-20); Antônio Felipe Sanchez Costa (CPF: 061.900.227-15); José Eduardo Madeira Magalhães (CPF: 332.047.727-72); Rivaldo Pinheiro Dantas (CPF: 004.078.441-04); Maurício Cardoso Oliva (CPF: 566.252.780-68); Aguinaldo José Teixeira (CPF: 058.071.328-82); Ramiro Abrantes Lopes Ribeiro (CPF: 714.510.567-53); e José Dias da Silva Filho (CPF: 720.074.867-68) Adelson Teixeira Bezerra (CPF 494.355.744-91), Bergson Aurélio Farias (CPF 218.079.144-53), Clodomir Batista de Albuquerque (CPF 377.900.644-87), José Queiroz de Oliveira (CPF 140.494.905-44), Silva & Cavalcante Ltda. (CNPJ 03.924.817/0001-44), José Zilto Barbosa Júnior (CPF 371.174.404-49), José Carlos Lopes de Souza (CPF 135.846.344-15), JLS Tecnologia, Comércio e Representações Ltda. (CNPJ 04.064.552/0001-14), MCC Manutenção, Construção e Comércio Ltda. (CNPJ 00.400.963/0001-82), Conservadora Santa Clara Ltda. (CNPJ 12.847.430/0001-22), José Lúcio Marcelino de Jesus (CPF 287.087.844-34), Valber Paulo da Silva (CPF 470.063.584-34), Damião Fernandes da Silva

(CPF 140.143.604-82), J. S. Costa & Cia. Ltda. (CNPJ 04.536.353/0001-61), GE Construções e Manutenção Industrial Ltda. (CNPJ 03.692.861/0001-76), TECMAN Tecnologia da Manutenção Ltda. (CNPJ 03.841.283/0001-92), VIP Construção e Manutenção Ltda. (CNPJ 02.975.932/0001-85) e LOG Logística, Comercial e Representações Ltda. (CNPJ 04.463.080/0001-72).

Advogados: Thiago Silva Ramos - OAB/AL 7791, Gustavo Igor Vasconcelos Lopes Calheiros - OAB/AL 9393 (peça 23, p. 8); André Cordeiro de Souza - OAB/AL 4315 (peça 23, p. 3); Reinaldo Cavalcante Moura - OAB/AL 1972, Nathália Cavalcanti Limeira Martins - OAB/AL 10300 e Fabrycyia Parlla Rodrigues Lucas - OAB/AL 5798 (peça 23, p.11); Maria Edite Barreto Fantini - OAB/PE 14070-D (peça 40, p. 18); Glauco de Castelo Branco Júnior - OAB/CE 10586 (peça 49, p.1); Carlos Henrique Barbosa de Sampaio OAB/AL 1626 (Peça 23, p. 6); e Sandra de Almeida Silva - OAB/AL 6521 (peça 23, p. 5).

Assunto: Expedir notificação pelo Diário Oficial da União

DESPACHO DE EXPEDIENTE

1. Cuidam os autos de prestação de contas do exercício de 2002, da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).
2. No âmbito deste Tribunal, foram realizadas as notificações dos responsáveis, (peças 420-427).
3. Expedidas as notificações da empresa JLS Tecnologia, Comércio e Representações Ltda, em seu endereço que figuram no sistema CBPJ da Receita Federal (peça 419), **as notificações do retornaram com a informação a seguir:**

Responsável	Ofício nº/ peça	Aviso de recebimento peça	Motivo da devolução
JLS Tecnologia, Comércio e Representações Ltda	851/2018, peça 420	Envelope - peça 434 e 437	Mudou-se
	852/2018, peça 421	Peça 433	Recebido em 14/11/2018

4. As buscas por endereço da responsável já se esgotaram. O empresa JLS Tecnologia, Comércio e Representações Ltda não tem advogado constituído em outro processo neste Tribunal.

5. No cadastro da Receita Federal do Brasil, a inscrição do responsável está na situação ativa, do que se depreende ser este seu domicílio, nas tentativas de entrega os ofícios sempre retornam com a mesma informação.
6. A sócia da empresa recebeu a comunicação em 14/11/2018 (peça 421) no entanto não compareceu ao processo.
7. A empresa tem um advogado constituído nos autos, porem nos poderes delegados está informado que a notificação deverá ser para o endereço da outorgante (peça 23, p. 12).
8. Vale ressaltar que este Tribunal tem destacado a utilização do cadastro da Receita Federal do Brasil (RFB) como fonte de endereço mais confiável. No Voto condutor do Acórdão 317/2010-TCU-Plenário, o Ministro Benjamin Zymler afirmou que “esta Corte tem considerado adequado enviar as comunicações para o endereço constante do cadastro na Receita Federal, pois o contribuinte é obrigado a atualizá-lo anualmente (Acórdãos 184/2009-2ª Câmara e 1.328/2009-Plenário)”.
9. Isso posto, considera-se que a tentativa de notificação no endereço constante na RFB, pela via postal, não obteve êxito.
10. Neste caso, em que já foram remetidos vários ofícios ao responsável e retornaram com as mesmas informações, considera-se configurada a situação de inacessível ou mesmo de não localizado, consoante previsto no art. 3º, § 2º, da Resolução TCU 170, de 30/6/2004.
11. Em pesquisa realizada no sistema do Tribunal, os processos que tem a JLS Tecnologia, Comércio e Representações Ltda. como responsável encontram-se na mesma situação destes autos.
12. Por se tratar de outro Estado da Federação não há que se falar em tentativa de entrega mediante servidor do TCU a ser designado, hipótese prevista no art. 3º, inciso II, da Resolução TCU 170/2004.
13. Ademais, por envolver responsável sem vínculo identificado com alguma unidade jurisdicionada (UJ) ao TCU, também não é cabível a adoção da medida de solicitar auxílio à UJ, prevista no art. 6º, inciso II, da Resolução TCU 170/2004.
14. Desse modo, considerando que o responsável deve ser tratado como inacessível ou não localizado, pertinente a realização da sua notificação mediante edital a ser publicado no Diário Oficial da União, com espeque no disposto no art. 179, inciso III, do Regimento Interno do TCU.
15. Elaborem-se a competente **notificação** a empresa JLS Tecnologia, Comércio e Representações Ltda, via edital a ser publicado no Diário Oficial da União (DOU), com base na Portaria de subdelegação de competência nº 13/Secex-AL, de 15/10/2015.

Secex-AL, 19 de dezembro de 2018.

Margarida Bezerra Ferreira
Assistente